



ACTA Nº 3/2009

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE MARÇO DE 2009
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 24 DE MARÇO DE 2009

-----No dia 24 de Março de 2009, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária, convocada ao abrigo do nº 1 e do nº 2 do Art. 50º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Art. 19º, do nº 1 do Artº 24º e nº 2 do Art. 29º, todos do respectivo Regimento da Assembleia Municipal, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Apreciação e votação do contrato de concessão a celebrar entre o Município e E.L., S.A. de concepção, implementação, construção, desenvolvimento, manutenção e conservação do Parque de Estacionamento subterrâneo sito na Avenida dos Descobrimentos, Lagos;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação do contrato-promessa de arrendamento para exploração de Parque de Estacionamento;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação do concurso público para a aquisição de serviços de limpeza e manutenção das zonas balneares da área do município de Lagos;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de imputação aos Municípios das despesas com pessoal e dos encargos de endividamento – Comunidade Intermunicipal do Algarve;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Artº 13º do Regulamento de Apoio à Família.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Dado o pedido de substituição para este dia da Sra. Ana Cristina Olivença (PS), Segunda Secretária da Mesa, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), convidou para exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa, durante esta Sessão, um Deputado Municipal do Grupo Municipal Independente, Sr. José Mariano. Verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 46 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires



Fl. 21v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	João Francisco Redondo Félix
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
IND	José Mariano Monteiro de Jesus

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA SESSÃO**, no momento indicado nesta Acta, o seguinte Deputado Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Carlos Manuel Batista Serrão
PSD	Eurico José dos Reis Correia

-----**SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Oliveira (2ª Secretária da Mesa)	1 dia	Carlos Manuel Batista Serrão
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis	1 dia	João Francisco Redondo Félix

-----FALTOU A ESTA SESSÃO O DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
IND	Eduardo Morales Almeida Santana

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: Tendo sido apresentada por escrito a respectiva justificação, apreciada a mesma foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Deputado Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	REUNIÃO
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	2/03/2009

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
PSD	Saúl da Silva Baptista - Vereador

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE FALTARAM À SESSÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	António Marreiros Gonçalves - Vereador
PSD	Fernando Ferreira Alves - Vereador

-----APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Ordem do Dia para esta Sessão.-----



Fl. 22v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----**DELIBERAÇÃO Nº 21/AM/2009:**

---**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E E.L., S.A. DE CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO SITO NA AVENIDA DOS DESCOBRIMENTOS, LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-473-7.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto deste Ponto e do Ponto 2.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta introdução, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Carlos Manuel Batista Serrão	20.53
PSD	Eurico José dos Reis Correia	21.18

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que os Deputados Municipais estão na Assembleia para decidir e têm que decidir de acordo com a informação prestada, através da documentação fornecida pela Câmara Municipal e de acordo com as convicções de cada um, sustentadas e baseadas nos pressupostos referidos. Recordou que, no Plano Plurianual de Investimentos, os parques totalizavam quarenta e cinco milhões de euros, passando, no presente, esse valor para cinquenta e três milhões de euros, por isso perguntou qual a razão para esta discrepância de valores. Considerou que a gestão do processo dos parques de estacionamento, na opinião do PSD, foi mal gerida, desde o início pela Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal não soube prever aquilo que desde 2007 vinha a ser transmitido a nível dos mercados internacionais e não soube prever de uma forma mais clara quanto à gestão destes processos a nível local, uma vez que muitas situações que estão a servir de desculpa para atrasos nas obras, nomeadamente os achados arqueológicos e o PT, já todos sabiam que essas situações eram reais, existiam e iriam, como estão a fazer com que as obras durem mais tempo do que se fossem obras ditas normais. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não pode dizer que as obras vão ficar concluídas no tempo previsto, porque isso não vai acontecer. Perguntou qual o spread, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara mencionou que o mesmo era baixo; acrescentando que se o spread for tão baixo como disse e se é a Câmara Municipal a responsável pelo empréstimo, o que o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse em relação ao edifício da Câmara tornava-se contrário, porque se a Câmara Municipal consegue spread's e juros baixos, não percebe porque é que a Câmara fez o negócio que fez em relação ao novo edifício



da Câmara Municipal, onde está definida uma taxa de juro elevada. Disse que o método de gestão adoptado pela Câmara Municipal, o método Cravinho que tem dado mau resultado em todo o lado, provavelmente não vai dar bom resultado em Lagos. Considerando que a Câmara Municipal de Lagos contratualiza, a partir de 2002, o mecanismo destas obras, e que é dito pelo Administrador da Futurlagos que os Bancos andavam atrás da Câmara Municipal e da Empresa Municipal, estando o financiamento garantido, pergunta se com este mecanismo jurídico de contratualização dos parques e com estas condições não era um contra-senso estar o Município de Lagos a ser o responsável pelo risco, ser o Município de Lagos o garante do financiamento em causa. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara Municipal diz que é um acto de boa gestão construir os dois parques de estacionamento ao mesmo tempo, mas o PSD diz que não e prova disso é que o acesso ao Centro Histórico é caótico, a actividade económica do Centro de Lagos está deprimida, uma vez que o turismo de qualidade não gosta de colocar os carros longe do Centro Histórico. Desafiou o PS a conversar com as pessoas na rua para verificar a veracidade das suas palavras e para constatar o número de lojas já encerradas e o número de pessoas que foram despedidas. Disse que isto é fruto da opção de serem feitos os dois parques de estacionamento sem haver uma opção viável para acesso ao Centro Histórico.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que na introdução ao assunto o Sr. Presidente da Câmara fez referência a alguns aspectos que não constam na documentação enviada pela Câmara Municipal, como por exemplo o Banco que está envolvido neste processo, tendo ficado a saber que era a Caixa Geral de Depósitos e a posição do IPTM que parece que continua a ser a mesma de há anos, contrariando a exigência da autarquia, já com alguns anos, de passarem para a posse da Câmara todos os terrenos que pertencem ao IPTM e que não são usados por esta entidade. Perguntou o porquê deste assunto ter vindo agora à Assembleia depois de a obra já ter tido início. Referiu que nem sempre a História tem bons dias, por vezes tem maus dias, sendo que a CDU acha que este não é um dia feliz para o Município, não sendo novidade para ninguém esta posição. Recordou que os automóveis continuam a estar no mesmo local, só que vão passar a deixar de estar à superfície, sendo que a CDU é da opinião que os carros não deviam estacionar na Avenida dos Descobrimentos, aproximando assim o mar da cidade. Disse que a única vez que este projecto, da Avenida dos Descobrimentos, foi dado a conhecer ao público, quase não se ouviram vozes a defender o projecto.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que depois da intervenção da CDU tinha ficado esclarecido sobre a posição desta força política em relação aos parques de estacionamento, nomeadamente em relação ao parque da Avenida dos Descobrimentos, mas em relação ao discurso do PSD tinha ficado muito apreensivo, uma vez que parece que na cidade só existe um grupo de iluminados e outro grupo de não iluminados, não sendo esse o seu entendimento, porque quando é dito que os projectos dos parques foram mal previstos, existe uma má gestão, não se sabe prever, o Sr. Presidente da Câmara Municipal está mal rodeado de técnicos e de parceiros políticos, esta é a óptica do



Fl. 23v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

PSD, mas, como é evidente, não é a do PS. Disse que prever e projectar para o futuro, nunca foi característica do PSD, por isso dificilmente pode fazer comparações, uma vez que o PSD quando esteve no poder em Lagos não previu nem fez gestão de nada. Afirmou que Lagos começou a viver de 2001 para a frente, nomeadamente no que diz respeito às obras em causa. Disse que o PS nunca propôs nenhum fenómeno como a passagem da Baía de Lagos a Património Mundial, que para ser apreciada tem que ter locais próprios, nomeadamente junto à estátua do S. Gonçalo e para isso é preciso ter estacionamento próximo. Esclareceu que se queremos turismo de qualidade tem que haver locais de estacionamento, com qualidade, no e junto ao Centro Histórico primitivo. Afirmou que a questão do acesso ao Centro Histórico, no momento, é uma falsa questão, porque não há negócio porque não há dinheiro, não há negócio porque as pessoas não têm capacidade para investir. Referiu que não tinha percebido se o PSD, efectivamente, quer, ou não, os parques de estacionamento que estão a ser construídos. Disse que o PS não se preocupa com eleições, nem com o calendário eleitoral e se o PS tivesse receio em falar com as pessoas e de ser julgado pelas pessoas, o PS não lançava obras que sabe que provocam distúrbios à vida normal das pessoas, mas o PS está consciente que as pessoas percebem que efectivamente as obras são necessárias. Disse que não aceitava a história de que as obras vão hipotecar as gerações futuras, uma vez que os parques de estacionamento vão gerar receitas. Afirmou que o PS está a dar condições às pessoas para viverem com estabilidade em Lagos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que as datas constantes na documentação para este Ponto para o início e termos da obra do parque de estacionamento da Avenida dos Descobrimentos, não coincidem com a data em que efectivamente começou a obra. Afirmou que a Baía de Lagos tem qualidade, capacidade e valia para ser considerada Património Mundial; se o PS considera que a Baía de Lagos não tem essa qualidade, ou não poderá ser investida dessa qualidade é um problema do PS. Disse que o PS não deve fazer política barata, nem política eleitoral como a que foi feita na Arte Doce. Referiu que, ao contrário do que o PS tenta passar para a população, o PSD quer mais e melhor para a população. Sobre a questão de endividar as futuras gerações lembrou a dívida que a Câmara Municipal tem, actualmente, para com fornecedores, a difícil situação financeira pela qual está a passar a Autarquia e a perda de receita por parte do IMT; acrescentou que não via o PS falar sobre estas situações. Disse que o PSD acredita em Lagos, acredita que o património de Lagos é de preservar e de qualificar, acredita no Parque das Descobertas e acredita que o PSD pode fazer mais e melhor que o PS. Referiu que ficava mal dizer que o PSD, enquanto governo autárquico, nada tinha feito em Lagos, acrescentando que no tempo do PSD algumas coisas poderão ter sido mal feitas, assim como no tempo do PS algumas coisas também estão a ser mal feitas. Disse que o que está aqui em questão é uma opção política e não questões relacionadas com os técnicos municipais, por isso fica mal o PS dizer que o PSD considera que os técnicos da Câmara Municipal são maus.-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) disse que a intervenção do Sr. Paulo Jorge tinha sido infeliz. Referiu que a história de tudo ter começado em 2001, faz parecer que o



que o ano de 2001 tinha sido o ano zero e que a partir daí é que tudo foi feito e isso é uma grande ofensa para todos os autarcas, da cidade de Lagos, pós 25 de Abril de 74 (comunistas, socialistas, sociais democratas e CDS's), porque todos contribuíram para o desenvolvimento da cidade. Disse que o Centro da cidade, não é pós 2001, assim como o Centro Cultural de Lagos, a Etar, o Mercado de Santo Amaro, a Biblioteca Municipal, algumas escolas, o Estádio Municipal, projectos como das piscinas, e pavilhão, ou seja, há uma série de obras importantes, que foram feitas antes de 2001 e há que ter mais respeito por todos os autarcas que já passaram pelos diversos Órgãos do Município de Lagos, porque todos foram e são importantes. Afirmou que o ano zero não foi 2001, porque quando este Executivo entrou em funções já muito tinha sido feito no Concelho.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que já conhecia a face de fazer-se de vítima por parte do PSD, uma vez que o PSD quando não tem argumentos vitimiza-se. Referiu que o Sr. Eurico tinha colocado na sua boca palavras não ditas por si, uma vez que tinha dito, na sua anterior intervenção, que os grandes projectos tinha aparecido depois de 2001, já que as piscinas, pavilhão e escolas, referidas pelo Sr. Eurico, eram miragens, uma vez que quem reformulou os projectos e quem os executou foi o PS. Afirmou que tinha o maior respeito por todos os autarcas pós 25 de Abril de 74 e por alguns de antes do 25 de Abril. Disse que nunca se tinha referido a um ano zero.-----

-----Posto isto foi colocado à votação o **CONTRATO DE CONCESSÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E E.L., S.A. DE CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO SITO NA AVENIDA DOS DESCOBRIMENTOS, LAGOS**, tendo o mesmo obtido a seguinte votação:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	7	2	1	10

-----**DELIBERAÇÃO Nº 22/AM/2009:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a minuta do contrato de concessão a celebrar entre o Município de Lagos e a sociedade E. L. – Estacionamentos de Lagos, S. A. de concepção, implementação, construção, desenvolvimento, manutenção e conservação do parque de estacionamento subterrâneo sito na Avenida dos Descobrimentos, nos termos do disposto na alínea q) do nº 2, do artº 53º, da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 11 de Março de 2009.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. João Bravo (PSD): “Considerando: a) A drástica diminuição das receitas municipais, em particular do IMT – Imposto Municipal sobre Imóveis, principal receita corrente do município, consequência da Crise Financeira e do acentuado “arrefecimento” do mercado de transacções imobiliárias; b) O forte abrandamento económico, já sentido em 2008, e a



Fl. 24v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

significativa quebra da Receita Estrutural Municipal de 7.859.561,58 euros face a 2007; c) As sérias dificuldades financeiras e de tesouraria que o Município enfrenta, as quais reflectem-se, designadamente, na dilatação do prazo de pagamento a fornecedores; d) Que a gravidade da situação económico-financeira aconselha a máxima prudência na assumpção de novos e avultados compromissos, em prejuízo, entre outros, das disponibilidades de tesouraria e do pagamento atempado às pequenas e médias empresas fornecedoras do Município; e) Que neste período crítico, de duração indeterminada e de consequências imprevisíveis, particularmente difícil para a vida dos cidadãos, famílias e empresas, sobe diariamente o número de solicitações de âmbito social a que a Câmara Municipal deve acudir, impondo-se acautelar os recursos humanos e financeiros necessários; Considerando igualmente que: a) A gravidade da situação financeira municipal até motivou o Sr. Presidente a constituir um Grupo de Trabalho ao qual foi dada a especial competência de aprovar quaisquer compromissos de despesa antes da sua assumpção definitiva pelo Município; b) O Grupo de Trabalho analisa todos os documentos que originem despesas, independentemente da sua natureza (“corrente” ou de “investimento”); c) De acordo com as recentes orientações do Sr. Presidente, todos os dirigentes deverão rever todas as acções previstas em Plano e Orçamento e proceder à identificação daquelas passíveis de adiamento ou suspensão; d) Dos Planos de Retribuições para o pagamento dos parques de estacionamento resultam encargos para o Município da ordem dos 53 milhões de euros, a pagar em 25 anos, e que o ambiente económico-financeiro em que tais investimentos foram idealizados é substancialmente diferente daquele em que as obras foram lançadas (Outubro/2008), facto que, só por si, justificaria re-equacionar a operação; Atendendo a que: a) Desconhece-se se os avultados encargos a assumir pela Câmara Municipal, referentes à construção do Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha, foram aprovados pelo Grupo de Trabalho para a contenção de despesas ou objecto de revisão pelos senhores dirigentes de Serviços (Cf. determinação mencionada em f); b) Os documentos hoje presentes à reunião de Câmara, para assumpção de avultados encargos plurianuais para o Município, não vêm acompanhados dos pareceres ou informações dos competentes departamentos e divisões municipais, designadamente, do Departamento de Planeamento, Modernização e Inovação; c) Em Setembro de 2008 foi afirmado pela Administração da Sociedade “EL, SA.” que “encontrava-se (...) garantida a aprovação dos financiamentos necessários à cobertura do investimento”, concluindo-se, agora, que tal não corresponde inteiramente à verdade; d) As obras dos parques de estacionamento avançaram sem que as necessárias formalidades contratuais estivessem devidamente aprovadas pelos órgãos municipais; e) Foram por nós solicitadas cópias de determinados elementos do processo, nos passados dias 17 e 23 de Fevereiro, os quais reputamos de imprescindíveis para fazermos uma análise completa do mesmo, elementos que ainda não chegaram à nossa posse; Atendendo ainda que: Este Contrato de Concessão entre o Município de Lagos e a EL, SA. ajusta-se a um modelo financeiro específico para a concepção, construção e manutenção do Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha cujas maiores



vantagens financeiras para o Município estão por comprovar comparativamente a outras alternativas possíveis; Os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos eleitos pelo PSD reiteram o seu desacordo com o modelo orgânico e financeiro escolhido para a operação e o ‘timing’ escolhido para a realização do investimento. Os elevados encargos decorrentes da operação associados à não demonstrada viabilidade económica da exploração dos equipamentos, contribuirão para agravar o risco de insustentabilidade económica do Município, razões pelas quais não estão criadas as condições para podermos dar a nossa concordância à matéria em apreço.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Hugo Pereira (PS): “O PS votou favoravelmente por considerar o parque de estacionamento uma obra fundamental para a revitalização do Centro Histórico e de todo o comércio local, ao contrário dos profetas da desgraça que perdem, dia-a-dia, o pouco crédito que ainda possuíam.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 10 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 30 minutos.-----

-----**SAÍDA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta interrupção, saiu, definitivamente, da sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO-PROMESSA DE ARRENDAMENTO PARA EXPLORAÇÃO DE PARQUE DE ESTACIONAMENTO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-473-9.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi colocado à votação o **CONTRATO-PROMESSA DE ARRENDAMENTO PARA EXPLORAÇÃO DE PARQUE DE ESTACIONAMENTO**, tendo o mesmo obtido a seguinte votação:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	6	2	1	9

-----**DELIBERAÇÃO Nº 23/AM/2009:**

-----**Deliberado**, por maioria, autorizar a despesa e a consequente outorga do Contrato-promessa de Arrendamento com fins não habitacionais para exploração do parque de estacionamento entre a sociedade E. L. – Estacionamentos de Lagos,



Fl. 25v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

S. A. e o Município de Lagos, de acordo com o disposto no nº 6 do artº 22, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8/06, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 11 de Março de 2009.-----

-----Não participou na votação por estar ausente da sala, **O DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. João Bravo (PSD): “Considerando: a) A drástica diminuição das receitas municipais, em particular do IMT – Imposto Municipal sobre Imóveis, principal receita corrente do município, consequência da Crise Financeira e do acentuado “arrefecimento” do mercado de transacções imobiliárias; b) O forte abrandamento económico, já sentido em 2008, e a significativa quebra da Receita Estrutural Municipal de 7.859.561,58 euros face a 2007; c) As sérias dificuldades financeiras e de tesouraria que o Município enfrenta, as quais reflectem-se, designadamente, na dilatação do prazo de pagamento a fornecedores; d) Que a gravidade da situação económico-financeira aconselha a máxima prudência na assumpção de novos e avultados compromissos, em prejuízo, entre outros, das disponibilidades de tesouraria e do pagamento atempado às pequenas e médias empresas fornecedoras do Município; e) Que neste período crítico, de duração indeterminada e de consequências imprevisíveis, particularmente difícil para a vida dos cidadãos, famílias e empresas, sobe diariamente o número de solicitações de âmbito social a que a Câmara Municipal deve acudir, impondo-se acautelar os recursos humanos e financeiros necessários; Considerando igualmente que: a) A gravidade da situação financeira municipal até motivou o Sr. Presidente a constituir um Grupo de Trabalho ao qual foi dada a especial competência de aprovar quaisquer compromissos de despesa antes da sua assumpção definitiva pelo Município; b) O Grupo de Trabalho analisa todos os documentos que originem despesas, independentemente da sua natureza (“corrente” ou de “investimento”); c) De acordo com as recentes orientações do Sr. Presidente, todos os dirigentes deverão rever todas as acções previstas em Plano e Orçamento e proceder à identificação daquelas passíveis de adiamento ou suspensão; d) Dos Planos de Retribuições para o pagamento dos parques de estacionamento resultam encargos para o Município da ordem dos 53 milhões de euros, a pagar em 25 anos, e que o ambiente económico-financeiro em que tais investimentos foram idealizados é substancialmente diferente daquele em que as obras foram lançadas (Outubro/2008), facto que, só por si, justificaria re-equacionar a operação; Atendendo a que: a) Desconhece-se se os avultados encargos a assumir pela Câmara Municipal, referentes à construção do Parque de Estacionamento do Anel Verde, foram aprovados pelo Grupo de Trabalho para a contenção de despesas ou objecto de revisão pelos senhores dirigentes de Serviços (Cf. determinação mencionada em f); b) Os documentos hoje presentes à reunião de Câmara, para assumpção de avultados encargos plurianuais para o Município, não vêm acompanhados dos



pareceres ou informações dos competentes departamentos e divisões municipais, designadamente, do Departamento de Planeamento, Modernização e Inovação; c) Em Setembro de 2008 foi afirmado pela Administração da Sociedade “EL, SA.” que “encontrava-se (...) garantida a aprovação dos financiamentos necessários à cobertura do investimento”, concluindo-se, agora, que tal não corresponde inteiramente à verdade; d) As obras dos parques de estacionamento avançaram sem que as necessárias formalidades contratuais estivessem devidamente aprovadas pelos órgãos municipais; e) Foram por nós solicitadas cópias de determinados elementos do processo, nos passados dias 17 e 23 de Fevereiro, os quais reputamos de imprescindíveis para fazermos uma análise completa do mesmo, elementos que ainda não chegaram à nossa posse; Atendendo ainda que: Este Contrato-Promessa de arrendamento é parte integrante do modelo financeiro para a concepção, construção e manutenção do Parque de Estacionamento do Anel Verde cujas maiores vantagens financeiras para o Município estão por comprovar comparativamente a outras alternativas possíveis; Os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos eleitos pelo PSD reiteram o seu desacordo com o modelo orgânico e financeiro escolhido para a operação e o ‘timing’ escolhido para a realização do investimento. Os elevados encargos decorrentes da operação associados à não demonstrada viabilidade económica da exploração dos equipamentos, contribuirão para agravar o risco de insustentabilidade económica do Município, razões pelas quais não estão criadas as condições para podermos dar a nossa concordância à matéria em apreço.”-----

-----**PONTO 3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS ZONAS BALNEARES DA ÁREA DO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-473-11.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que as praias têm que ser cuidadas e o PSD não tem qualquer tipo de objecção ao documento apresentado pela Câmara Municipal, esperando que os objectivos de uma qualidade superior, preconizados no mesmo, sejam cumpridos contribuindo assim para que as praias de Lagos sejam cada vez melhores e para que no futuro a Baía de Lagos chegue a Património Mundial.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que a questão da limpeza é importante mas seria bom que a Praia da D. Ana sofresse melhoramentos, nomeadamente, na sua recarga e nos seus acessos.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) perguntou se esta prestação de serviços abrange a frente de mar da zona do Vale da Lama.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, saudou os defensores da passagem da Baía de Lagos a Património Mundial o que revela uma evolução do



Fl. 26v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

PSD, uma vez que há uns anos atrás o PSD dizia que não havia necessidade de piscinas em Lagos, tendo Lagos uma bela Baía. Referiu que ao menos viu uma ideia do PSD, sendo que as ideias se discutem, ao contrário dos insultos, trocadilhos de palavras, insinuações e provocações. Sobre a Praia da D. Ana disse que não tinha sido possível o INAG desenvolver, durante o Inverno, o trabalho de recarga da praia bem como o acesso à mesma, mas, em princípio, o acesso vai ser arranjado antes do início da época balnear. Disse que o Vale da Lama não é considerada zona balnear, por isso não está incluído neste concurso, no entanto vai merecer a atenção dos Serviços Municipais.

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse ter ficado com a ideia de que a zona referida pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Odiáxere estava incluída neste concurso após análise da documentação fornecida pela Câmara Municipal. Ainda sobre a ideia do PSD em querer que a Baía de Lagos passe a Património Mundial, disse que a ideia do Sr. Presidente da Câmara em relação a este assunto é muito mais positiva do que a ideia do PS. Em relação à questão do PSD ter dito, há anos atrás, que não era preciso piscinas em Lagos uma vez que Lagos tinha uma bela Baía, disse que isto é parecido com um cartaz do Sr. Presidente da Câmara Municipal, colocado no Porto de Mós, onde dizia “mais betão não”, podendo-se ver, hoje em dia, o betão que está no Porto de Mós, preferindo a piscina da Meia Praia ao betão que o Sr. Presidente da Câmara prometeu não colocar e acabou por o colocar.

-----Posto isto passou-se à votação do **CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS ZONAS BALNEARES DA ÁREA DO MUNICÍPIO DE LAGOS.**

-----**DELIBERAÇÃO Nº 24/AM/2009:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos, para os efeitos indicados no nº 1, conjugado com o nº 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8/06, resultantes da aquisição de serviços que dará lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, referente ao Concurso Público para a Aquisição de Serviços de Limpeza e Manutenção das Zonas Balneares da área do Município de Lagos, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 11 de Março de 2009.

-----**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPUTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DAS DESPESAS COM PESSOAL E DOS ENCARGOS DE ENDIVIDAMENTO – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-473-12.

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a **PROPOSTA DE IMPUTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DAS DESPESAS COM PESSOAL E DOS ENCARGOS DE ENDIVIDAMENTO – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO**



ALGARVE, tendo a mesmo obtido a seguinte votação:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	10	7	0	0	17
ABSTENÇÕES	0	0	2	1	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----**Deliberado**, por maioria, aceitar a proposta de imputação das despesas com o pessoal e dos encargos de endividamento da Comunidade Intermunicipal do Algarve, no valor de 26 276,61 € (vinte e seis mil duzentos e setenta e seis euros e sessenta e um cêntimos), nos termos previstos no n.º 2 do art.º 22.º da Lei n.º 45/2008, de 27/08, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 25 de Fevereiro de 2009.-----

-----Não participaram nesta votação, por se terem ausentado da sala os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)

-----**PONTO 5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ART.º 13.º DO REGULAMENTO DE APOIO À FAMÍLIA:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-473.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ART.º 13.º DO REGULAMENTO DE APOIO À FAMÍLIA.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 26/AM/2009:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, a alteração do art.º 13.º do Regulamento da Componente de Apoio à Família, de acordo e para os efeitos consignados na alínea a) do n.º 2 do art. 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas



Fl. 27v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, passando o mesmo a ter a seguinte redacção: “As comparticipações familiares da componente de apoio à família, referem-se ao mês anterior àquele que a criança está a frequentar e são pagas na tesouraria da Câmara Municipal de Lagos até ao dia 18 de cada mês, sendo tal pagamento, sempre que possível, efectuado por transferência bancária, para conta designada pelo respectivo titular.”, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 25 de Fevereiro de 2009.-

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 22 horas e 49 minutos, do dia 24 de Março, declarou encerrada a Sessão -----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,-----

-----, exercendo funções de Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Paulo José Dias Morgado.-----

